



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

YOUNG, George (Cookham, 25 de outubro de 1872; Sonning, 26 de setembro de 1952)

O diplomata e historiador britânico George Young, autor de uma das primeiras histórias de Portugal em língua inglesa no século XX, foi o primeiro filho de George Young, terceiro baronete Young (título que viria a herdar), e de Alice Eacy. Terá, ao que parece, sido expulso do colégio Eton, após o que estudou em universidades francesas, russas e alemãs. O seu pai tinha exercido várias funções no serviço cívico britânico, exemplo que o jovem George seguiu, ao enveredar pela carreira diplomática, vindo a ocupar um grande número de cargos em diversas partes do mundo, incluindo o de Segundo Secretário na missão diplomática em Lisboa, em 1914. Logo no ano seguinte abandonou essa posição para servir nas unidades de inteligência britânicas, durante a Grande Guerra. Mais tarde na sua vida dedicou-se ao jornalismo, como correspondente de vários periódicos ingleses, e à ajuda humanitária às vítimas da Guerra Civil Espanhola, organizando unidades médicas e de socorro.

Várias das regiões onde esteve colocado ou para as quais viajou suscitaram a Young a produção de obras informativas, começando com a edição dos *Corps de Droit Ottoman* (1904), uma compilação legislativa resultante da sua estadia em Istambul. O seu serviço em Lisboa deu origem a duas obras: *Portugal, an anthology* (1916), uma antologia de poesia portuguesa, da medieval à contemporânea, traduzida para inglês e comentada por si, contendo ainda um prefácio de Teófilo Braga, e *Portugal old and young, an historical study*, de 1917, uma história de Portugal, das origens aos primeiros anos da República, cujo objetivo não era apenas dar a conhecer o passado português ao público britânico, mas igualmente explicar e justificar a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, do lado do Reino Unido e restantes aliados.

A história de Young é em muitas passagens ainda narrativa, mas verifica-se uma tentativa de análise dos processos, uma preocupação com o elemento social (e, em menor medida, económico), e uma grande atenção dada à arte, em particular à poesia e arquitetura, como reveladora do espírito dos tempos. Adota com frequência um certo paternalismo, e um marcado “exotismo”, quando descreve o país seu objeto. Em vários sentidos caracteristicamente liberal, o historiador vê no nacionalismo e na vontade nacional o motor supremo da história, sendo o carácter nacional a determinar o rumo histórico de um dado país. Partindo dessa premissa, torna-se essencial demonstrar que Portugal possui tal carácter nacional distinto, que permita explicar a sua formação e contínua independência. O Autor explicita que a nação portuguesa se diferencia da espanhola devido a aspetos geográficos (é marítima), étnico-raciais (uma base “celtibera” e uma forte componente judaica – mas não moura), linguísticos e de carácter.

Em vários pontos, o seu pensamento aproxima-se dos historiadores do liberalismo e republicanismo portugueses. Embora não os cite, e os mencione apenas brevemente, é aparente uma influência de nomes como Oliveira Martins e Teófilo Braga. Nessa linha, encontramos na sua obra uma valorização da Idade Média portuguesa, período em que a nação (cuja existência antecede a fundação política do reino) se realiza plenamente, forjando-se através da “cruzada nacional” contra os mouros. É defendido que os monarcas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

medievais personificam o caráter da nação durante os seus reinados e espelham os seus desenvolvimentos. São ainda feitas referências aprovadoras às alegadas “liberdades democráticas” que terão caracterizado essa fase da monarquia, depois perdidas.

Inversamente, a expansão ultramarina que se seguiu é apresentada como um desvio do rumo histórico “natural” da nação e como o elemento que levou à decadência do país, embora tenha sido positiva para o mundo como um todo. Ainda que figuras individuais como o infante D. Henrique mereçam deste Autor elogio, o período conduziu, ao subdesenvolvimento económico e à corrupção moral, produtos da excessiva riqueza estrangeira, ao passo que o império asiático nunca foi adequadamente administrado. A seu ver, o espírito português, enfraquecido pela expansão, é de seguida completamente eclipsado pelo domínio espanhol e pela subjugação da Igreja Católica; se o primeiro pode ser afastado ao fim de algumas décadas, a segunda tem consequências bem mais graves e duradouras na sociedade e mentalidade portuguesas (inclusive na produção artística, que para Young perde qualquer valor em Portugal depois do manuelino).

Na fase que vai da Restauração da Independência à atualidade, o historiador lê a história do nosso país como um confronto entre o “Velho Portugal” – clerical, despótico e conservador, protagonizado pela vilipendiada Inquisição, pelos jesuítas, pela aristocracia e pela muitíssimo criticada dinastia de Bragança – e o “Jovem Portugal” – democrático e progressista, encabeçado por intelectuais como os da Escola de Coimbra. Se o segundo representa e avança o verdadeiro interesse nacional, ao primeiro correspondem apenas interesses particulares ou de classe. O primeiro é responsável pelo obscurantismo e atraso dos séculos XVII e XVIII, o segundo pelas conquistas, ainda que incompletas, do XIX. O Marquês de Pombal, figura ambígua, é encontrado no ponto de contacto entre um e outro campo.

Se no período da monarquia constitucional as tentativas de reforma e progresso, pós-Guerras Liberais, tinham sido obstruídas pelas classes altas caducas e pelo parlamentarismo rotativista, Young acredita que os republicanos – cujo desenvolvimento como facção, golpe revolucionário e primeiros anos de governo são narrados de forma desproporcionadamente minuciosa – vêm realizar finalmente a obra do “Jovem Portugal” e encaminhar o país para o desenvolvimento material e humano, reintroduzindo o governo democrático que é próprio a esta nação. As políticas de Afonso Costa, em particular, são elogiadas, incluindo a decisão de participar ativamente na Grande Guerra, uma vez que Portugal se contava entre as nações livres e progressistas, naturalmente opostas ao despotismo imperial da Alemanha e da Áustria. O Autor mostra confiança em relação ao futuro da República Portuguesa.

Também alvo de louvor por parte deste historiador é a aliança entre Portugal e a Inglaterra. Ao longo da obra, o papel dos britânicos na história portuguesa é constantemente referenciado, e por vezes exagerado, desde os cruzados que auxiliaram a conquista de Lisboa ao Ultimato de 1890, passando naturalmente pelo Tratado de Windsor e pelo “caráter inglês” dos filhos de D. João I. Embora reconhecendo ocasionais “erros” cometidos pelo seu país (como a excessiva interferência que se seguiu às Invasões Francesas), o Autor pinta a relação entre as duas nações em traços muito positivos, atribuindo a duradoura amizade à natureza marítima de

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ambos os povos, ao respeito de ambas pela liberdade e aos seus interesses em comum.

Apesar das suas origens semi-aristocráticas, Young tinha simpatias de esquerda, sendo membro do Partido Trabalhista, pelo qual concorreu ao parlamento britânico em duas ocasiões, sem sucesso. Durante o seu tempo em Espanha esteve ligado a elementos da Frente Popular. A sua obra revela uma não-disfarçada preferência pelos ideais democráticos e pelo governo republicano, pelo menos para nações como Portugal. O Autor veio a ser professor de português e de “estudos camonianos” no *King’s College* da Universidade de Londres, continuando assim a divulgar entre os seus compatriotas a história e cultura portuguesas. Continuou a produção historiográfica e ensaística nas décadas seguintes, embora não sobre Portugal. Ainda em 1906, tinha sido admitido na *Royal Victorian Order*. Faleceu em 1952.

Bibliografia ativa

YOUNG, George, *Portugal, an anthology*, Clarendon Press, Oxford, 1916; *Portugal old and young, an historical study*, Clarendon Press, Oxford, 1917.

Bibliografia passiva

CAMPOS MATOS, Sérgio, *Consciência histórica e nacionalismo (Portugal – Séculos XIX e XX)*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008; *Diplomatic Service (Mr G Young) Volume 105: debated on Monday 29 April 1918*, UK Parliament, House of Commons, em [https://hansard.parliament.uk/commons/1918-04-29/debates/99e0c01f-a932-4685-a1f9-3a76e92c7b24/DiplomaticService\(MrGYoung\)](https://hansard.parliament.uk/commons/1918-04-29/debates/99e0c01f-a932-4685-a1f9-3a76e92c7b24/DiplomaticService(MrGYoung)); MAÇEDO, Jorge Borges de, *A Historiografia Britânica sobre Portugal: a propósito do centenário da aliança luso-britânica*, [s. n.], Lisboa, 1973; “Young, George, 1872-1952”, McGill Library Archival Collections Catalogue, em <https://archivalcollections.library.mcgill.ca/index.php/young-george-1872-1952>.

Tiago Seixas dos Santos